

## CORPO LIVRE: CORPO E ARTE COMO FORMAS DE ATIVISMO EM SÃO PAULO

DOI  
[https://dx.doi.org/10.11606/  
issn.2525-3123.gjs.2019.152114](https://dx.doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gjs.2019.152114)

ORCID  
<https://orcid.org/0000-0002-0684-8059>

**EDUARDO FARIA SANTOS**

International Institute of Social Studies, Erasmus Universiteit  
Rotterdam, Haia, Países Baixos, 2502 LT - info@iss.nl

### RESUMO

Movimentos sociais organizados de novas formas estão debatendo a intersecção de diferentes marcadores sociais ou eixos de opressão, como gênero, sexualidade, classe e raça, problematizando normas sexuais e de gênero. Utilizando uma abordagem etnográfica e métodos qualitativos como entrevista e observação, o presente artigo pretende responder à pergunta: o que significa aos ativistas da Revolta da Lâmpada fazer ativismo usando o *ativismo* como método, em um coletivo com inspiração interseccional que tem o corpo livre como denominador comum de luta? O coletivo de São Paulo, Brasil, se entende como uma plataforma com horizontes interseccionais, criando um denominador comum – o “corpo livre” – entre diferentes grupos identitários sem a hierarquização de suas agendas e a deslegitimação de seus espaços exclusivos. Através da celebração de seus corpos ocupando espaços públicos, elas<sup>1</sup> usam diversas expressões artísticas para fazer ativismo, o que tem sido chamado de *ativismo*.

### PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais;  
identidade; corpo;  
interseccionalidade; *ativismo*.

### ABSTRACT

New forms of organizing social movements are debating the intersection of different social markers or axis of oppression, as gender, sexuality, class and

1. Por se tratar de um coletivo com diversas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, e por justamente contestar normas de gênero, o autor prefere usar o gênero feminino quando a norma culta da língua portuguesa exigiria o masculino.

**KEYWORDS**  
Social movements; identity;  
body; intersectionality;  
*artivism.*

race, problematizing sexual and gender norms. Using an ethnographic approach and qualitative methods such as interview and observation, the present study aims to answer the question: What does it mean to the activists from A Revolta da Lâmpada to do activism using *artivism* as a method, on a collective with intersectional inspiration that has the free body as a common struggle denominator? The collective from São Paulo, Brazil, claims to be a platform with intersectional horizon, creating a common denominator – the free body – among different identity groups without the hierarchization of agendas and delegitimization of its exclusive spaces. Through the celebration of their bodies occupying public spaces, it uses diverse artistic expressions to do activism, what is being called *artivism*.

## 1. INTRODUÇÃO

O movimento LGBT brasileiro, inicialmente conhecido como “movimento homossexual”, apareceu pela primeira vez no final dos anos 1970 em associação com as ondas globais da contracultura, desenvolvendo uma tendência antiautoritária (Benetti 2013, 31-34). Durante os anos 1980, houve uma redução significativa no número de grupos devido à associação entre AIDS e homossexualidade. Isso resultou em uma abordagem mais pragmática de criar alianças com o Estado visando garantir os direitos civis e proteger os homossexuais da discriminação e da violência (Green 2015, 291-292, Miskolci 2011, 40-41).

A partir do início da década de 1990, o movimento volta a crescer e diversifica os formatos institucionais por meio dos quais se organizava. Usando um discurso identitário e uma abordagem baseada em direitos (Itaborahy 2012, 21), o movimento concentrou a luta política em reformas nas leis, acreditando em uma “utopia legal”, o que levou a uma consequência indesejada: a estratificação da respeitabilidade/cidadania considerando a identidade sexual (Carrara 2012, 143, Colling 2010, 3-5).

Nos últimos anos, novas formas de movimentos sociais têm surgido, debatendo a intersecção entre diferentes marcadores sociais ou eixos de opressão, como gênero, sexualidade, classe e raça, e, juntamente com o surgimento de artistas que problematizam as normas sexuais e de gênero (Trois e Colling 2017, 127), são constantemente atacados por setores conservadores no Brasil. Nesse contexto, um coletivo *artista* chamado A Revolta da Lâmpada foi criado em São Paulo em 2014, escolhendo como

denominador comum o “corpo livre” para reunir ativistas de diferentes identidades e causas que sofrem diversos tipos de opressão por serem como são. Com o “ferro também é luta” como um de seus lemas, o coletivo propõe a celebração de corpos desviantes e usa diversas expressões artísticas para criar um modo diferente de fazer ativismo, que vem sendo chamado de *artivismo*.

Considerando as perspectivas de investigação abertas pela academia feminista com o uso da interseccionalidade, a partir de uma abordagem etnográfica, este artigo pretende utilizar a interseccionalidade como lente analítica sensível para investigar a prática de movimento social e a dinâmica interseccional do coletivo A Revolta da Lâmpada, respondendo à pergunta de pesquisa: o que significa para os ativistas da Revolta da Lâmpada fazer ativismo usando o *artivismo* como método, em um coletivo com inspiração interseccional que tem o corpo livre como denominador comum de luta?

No contexto de políticas identitárias e abordagem baseada em direitos dentro do movimento LGBT brasileiro, é relevante entender os mecanismos que os movimentos sociais estão criando para unir forças contra tendências conservadoras e trabalhar diferentes questões em solidariedade. Para tanto, este artigo explora esse processo de experimentação de novas formas de resistência no movimento social brasileiro, investigando a práxis do coletivo A Revolta da Lâmpada.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUAS POLÍTICAS ATRAVÉS DO TEMPO

A segunda metade do século XX foi marcada por uma nova tendência nos movimentos sociais - especialmente feminista, homossexual, de libertação negra e movimentos ambientalistas -, que passaram a questionar as instituições disciplinadoras modernas e a lutar por seus próprios direitos. Emergiram amplamente nos EUA e na Europa num momento de efervescência cultural e política, com “a influência do movimento *hippie*, os Beatniks, de maio de 1968, e toda uma perspectiva de libertação sexual, repensando questões políticas e sociais” (Benetti 2013, 31). Durante esse período e, diferentemente dos países do norte global, que vivenciavam um momento de liberdade sexual e política, a experiência brasileira era caracterizada pelo exílio, censura, tortura e falta de direitos civis.

O ano de 1978 foi marcado pelo início da “Primeira Onda do Movimento Homossexual”. Esse ativismo surgiu em um contexto mais amplo de oposição democrática ao regime militar, inspirado por ideologias socialistas e anarquistas e caracterizado por uma “forte linguagem antiautoritária destinada a fortalecer uma ‘identidade homossexual’” (Green 2015, 273-274). MacRae (citado por Facchini e Lins França 2009, 60) também

ressaltou nesse contexto o surgimento e a visibilidade dos movimentos feminista e negro, pois alguns de seus ativistas passaram a defender uma estratégia de transformação social por meio da aliança com outras minorias, movimentos de trabalhadores e grupos de esquerda.

Dessa forma, o movimento homossexual nasceu em um contexto muito mais amplo de justiça social, através de mudanças sociais e culturais, estabelecendo diálogos com outros grupos minoritários e contestando normas de gênero e heteronormatividade. Alguns pesquisadores, como Benneti (2013, 36-37), Colling (2010, 3-5) e Sant'Ana (2017, 20-21), também acreditam que algumas dessas preocupações do movimento refletem um “embrião *queer* brasileiro”.

Analisando a ideologia do movimento, MacRae (citado por Facchini 2010, 89-90) explica que trazia fortes traços de contracultura e o espírito antiautoritário da época, produzindo um discurso voltado para uma transformação mais ampla e incluindo a homossexualidade como estratégia de transformação cultural, corroendo, assim, a estrutura social pelas margens. No início dos anos 1980, ocorreu uma redução drástica dos grupos, provocada por uma série de fatores, como falta de recursos financeiros, crise financeira no país e assim por diante. Sobre tal redução, é crucial ressaltar o papel da mídia local e internacional que enquadrou a epidemia de HIV/AIDS como “câncer gay” ou “praga gay”. Muitos ativistas morreram e o movimento sofreu divisões internas, já que alguns grupos queriam reunir esforços para combater a epidemia, enquanto outros queriam evitar a identificação da AIDS como uma doença homossexual (Itaborahy 2012, 19).

A “Segunda Onda” seguiu-se em meados dos anos 1980, com o processo de redemocratização e de luta contra o HIV/AIDS. Grupos focados na epidemia aprenderam como obter dinheiro do governo e de organizações internacionais, ajudando a desenvolver o movimento com esses investimentos e conseguindo dialogar com o Estado para obter auxílio na criação do programa brasileiro de combate ao HIV/AIDS. No entanto, a epidemia teve o efeito de repatologizar a homossexualidade, criando a estigmatizada “bioidentidade” do paciente de AIDS, reconfigurando a pirâmide da respeitabilidade sexual (e social) e não desenvolvendo uma visão mais crítica e “desnaturalizante” da heterossexualidade, que permaneceu em uma “zona de conforto” (Miskolci 2011, 40-41).

Durante os anos 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi a única agremiação política a incluir os direitos de gays e lésbicas em sua agenda política (Green 2015, 291-292). Os anos 1990 viram um renascimento do movimento e inauguraram a “Terceira Onda”, tendo sido criada a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e

Transexuais), uma organização nacional que ajudou a unificar o movimento, aprovando uma resolução que definia a união civil de pessoas do mesmo sexo como sua principal prioridade (Facchini citada por Itaborahy 2012, 23). Após a retirada do apoio do PT à causa, Marta Suplicy, uma de suas deputadas federais à época, lançou uma campanha nacional para aprovar um projeto de lei que legalizava as parcerias civis entre pessoas do mesmo sexo. Após uma década de tentativas frustradas, o movimento abandonou essa ideia e adotou um discurso diferente, que abrangia todos os segmentos do movimento LGBT: o discurso contra a homofobia (Itaborahy 2012, 23). Outra observação importante sobre o período foi a ideia de organizar eventos de rua para celebrar o “Dia Internacional do Orgulho Gay”, que se tornou a marca do movimento em nível nacional e internacional no início do século XXI (Facchini 2010, 110-111).

Devido ao relativo sucesso das políticas públicas voltadas às IST/AIDS, demandas sociais ganharam maior relevância política nas áreas de saúde, educação, cultura e, por fim, nas demandas por reconhecimento de direitos. Carrara (2012, 143) analisou esse processo e apontou duas consequências perigosas e indesejáveis da “judicialização da política sexual brasileira”: o acesso diferenciado à Justiça e o que sua aplicação em um país desigual como o Brasil pode causar. Tais conquistas legais podem gerar resultados desiguais acessíveis somente por uma elite, resultando numa hierarquia daqueles que detêm mais direitos do que outros e/ou numa estratificação de respeitabilidade/cidadania considerando a identidade sexual (Carrara 2012, 143; Miskolci 2011, 42).

## 1.2 CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO

O ano de 2013 foi marcado por inúmeros protestos em centenas de cidades brasileiras. Foram convocados por meio da internet e desencadeados por um aumento no preço do transporte público, mas acabaram por explodir uma bolha de descontentamento. As reivindicações originais - ou a variedade de diferentes reivindicações - foram cooptadas por movimentos de direita que tentavam proibir a participação de partidos de esquerda e sindicatos de trabalhadores, um sinal da polarização que passou a dividir a população entre “esquerda” e “direita”. Os que defendiam a participação dos partidos e que acreditavam em um golpe iminente foram opostos àqueles que alegavam ser contra a corrupção, que acreditavam na necessidade de um *impeachment* (Tatagiba 2014, 39-44).

Apesar de Dilma Rousseff ter conseguido se reeleger em 2014, o Congresso Nacional votou por seu *impeachment* em 2016. O vice-presidente, Michel Temer, foi declarado presidente e promoveu uma mudança radical de governo (de esquerda para direita). O governo Temer começou

aprovando uma emenda constitucional conhecida como “PEC<sup>2</sup> do fim do mundo”, que impôs um teto ao crescimento dos gastos federais por 20 anos, incluindo aqueles com educação e saúde. O novo governo também aprovou uma reforma trabalhista bastante celebrada por grandes corporações, mas não pelos trabalhadores (Barbara, 2017).

Em um esforço para distrair a população de tais escândalos, jogando com seu senso de moralidade e com a necessidade de proteger a “família tradicional brasileira” (Herdt 2009), grupos que não conformam com as normas de gênero foram demonizados. Durante o trabalho de campo, uma exposição chamada “Queermuseum: cartografias da diferença na arte brasileira” foi acusada de pedofilia e zoofilia pelo grupo que agitou os protestos a favor do *impeachment* de Dilma, chamado Movimento Brasil Livre (MBL). Alguns dias depois, um juiz federal decidiu que o Conselho Federal de Psicologia deveria reinterpretar uma norma interna, publicada em 1999, e deixar de proibir psicólogos de oferecerem terapias de “reorientação sexual”, abrindo uma brecha para a famigerada “cura gay” (Langlois 2017).

Tudo isso estava acontecendo em um dos países mais letais para LGBTs. Segundo o GGB (Grupo Gay da Bahia), 347 assassinatos foram relatados em 2016 e, de acordo com o Projeto de Monitoramento de Assassinatos de Pessoas Trans da TGEU (Transgender Europe), o Brasil foi o país com mais mortes de pessoas transgênero no mundo devido a transfobia, com 40% do total de mortes, 868 de 2.190, de 2008 a 2016 (TVT research project 2016, 7-16). A pesquisa de 2013 do IBGE mostrou que a expectativa de vida da comunidade transgênero não é superior a 35 anos, menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral (Rede Trans Brasil 2017, 56).

Todos esses eventos revelam um processo mais amplo de promover a interferência de fundamentalistas religiosos sobre os poderes constituídos no Brasil. Grupos que já estavam dominando a agenda do Legislativo e influenciando o Executivo agora estendiam suas garras também ao Judiciário, aos museus e a peças teatrais, em uma verdadeira cruzada contra a diversidade sexual e de gênero (Brum 2017, Quinalha e Galeano 2017).

### 1.3 CENA DE COLETIVOS INTERSECCIONAIS E/OU ARTIVISTAS:

#### APRESENTANDO A REVOLTA DA LÂMPADA

Muitos exemplos de grupos que reúnem ativistas dos movimentos negros e LGBT podem ser encontrados, como a Rede Afro LGBT, grupo que surgiu em 2005 e é uma organização “multi-identitária”, que também assume a luta contra machismo e sexismo, além de outras agendas

---

<sup>2</sup> Proposta de Emenda à Constituição.

dedireitos humanos (Ratts citado por Luz 2012, 3). Embora tenha sido criado pela insuficiência de uma representação identitária, opta pela estratégia de reafirmar as identidades, forçando uma extensão dos limites de ambas (Bairros citado por Luz 2012, 3).

Na tentativa de explicar o recente surgimento de coletivos *ativistas* no Brasil, “especialmente aqueles dissidentes de sexo e gênero”, Troi e Colling (2017, 127) listam os seguintes motivos:

A expansão do acesso a novas tecnologias e a massificação das redes sociais; a ampliação da temática LGBT na mídia em geral, especialmente em novelas, filmes e programas de televisão; o surgimento de diversas identidades trans e de pessoas que se identificam como não binárias em nosso país, assim como a valorização da *fechação*,<sup>3</sup> a não adesão às normas (corporais e comportamentais) de meninos afeeminados, mulheres lésbicas masculinas e outras diversas e flexíveis expressões de gênero (...). Mas talvez a mais importante das razões esteja precisamente na autodeclaração ou não necessidade de reagir ao quadro terrível em que estamos inseridos, marcado pelo retorno e crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso.

Segundo os autores, uma profusão de diversos coletivos com ênfase em *performances*, como O que você queer? (Belo Horizonte), Cena Queer (Salvador), Anarcofunk (Rio de Janeiro), A Revolta da Lâmpada (São Paulo), Selvática Ações Artísticas (Curitiba), Cabaret Drag King (Salvador), Coletivo Coiote (nômade) e Seus Putos (Rio de Janeiro), está surgindo (Troi e Colling 2017, 127).

Entre esses grupos está o coletivo A Revolta da Lâmpada. Seu nome faz referência a um ataque homofóbico ocorrido em São Paulo em 2010, quando dois gays e seu amigo heterossexual – que foi “lido” como gay – foram violentamente atacados com longas lâmpadas (G1 2010). Quatro anos depois, um grupo de amigos/ativistas de diferentes movimentos organizou um protesto no mesmo lugar. Na descrição do evento no Facebook, as ativistas disseram que “a lâmpada fluorescente se tornou um símbolo de opressão não apenas para os LGBTs, mas para todos os corpos percebidos como inadequados pelo modelo hegemônico” (R7 2014).

O coletivo afirma usar uma estrutura interseccional, reunindo ativistas de diferentes movimentos lutando pelo “corpo livre” de todos aqueles que sofrem qualquer tipo de opressão. Usando uma linguagem de resistência por meio de protestos que se tornam festas, o público é convidado a expressar-se livremente.

3. “A *fechação* consiste em uma *performance* que se caracteriza pelo exagero, pela artificialidade deliberada e, nesse caso, por um conjunto de ações, gestos e posturas que intencionalmente não se conformam com o que a sociedade geralmente espera de um homem” (Colling 2012).





FIGURA 1  
"RDL na Rua  
2016". Fotógrafo:  
Rafael Canoba<sup>4</sup>.

As agendas invocadas em seus protestos vão desde escândalos e questões políticas atuais à violência contra diferentes corpos oprimidos, com discursos e *shows* de diferentes ativistas e artistas, encerrando com uma grande festa nas ruas. O trabalho realizado pelo grupo não se limita a protestos, mas se estende a mesas de debate, seminários em universidades, oficinas sobre ativismo, etc.

4. As fotos tiradas por Rafael Canoba foram cedidas ao coletivo e compartilhadas para uso no presente artigo.



FIGURA 2  
"RDL na Rua  
2016". Fotógrafo:  
Rafael Canoba.



Como afirma um de seus ativistas, Gustavo Bonfiglioli (2017), há uma necessidade de repensar os métodos de resistência e organização nos movimentos, considerando a fragmentação de diferentes grupos identitários enquanto o inimigo promove abertamente a opressão - mais lâmpadas nos rostos de todos. Explicando o coletivo, ele diz que se trata de:

Uma plataforma com horizonte interseccional que pretende criar um denominador comum entre as diferentes lutas sem a hierarquização de agendas e deslegitimação dos seus espaços exclusivos. Na ideia de corpo livre, marcham juntas nas ruas mulheres trans e cis, travestis, negras e negras, pobres, bichas, sapatonas, transexuais, imigrantes, refugiados, corpos gordos, corpos envelhecidos, artistas independentes, trabalhadores, pessoas em situação de rua, etc. Diferentes realidades, diferentes níveis de privilégio, mas com algo em comum - corpos oprimidos por serem como são e operarem como desejam. Ocupar as ruas para o corpo livre tem sido um exercício de resistência e encontro, compartilhamento, afeto e celebração entre esses diferentes corpos que marcham - e dançam - juntos: porque *ferro também é luta* (...). E não para unificar sob a mesma bandeira, mas levantar todas as bandeiras ao mesmo tempo, no mesmo espaço (Bonfiglioli 2017).



FIGURA 3  
“RDL na Rua  
2016”. Fotógrafo:  
Rafael Canoba.

## 2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E ANALÍTICO

### 2.1 DEBATES NECESSÁRIOS NA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA MUDANÇA NA SUA POLÍTICA?

Como mostrado anteriormente, o movimento LGBT brasileiro organizado estruturou suas reivindicações no reconhecimento de diferentes identidades para reivindicar direitos e cidadania. Categorias como heterossexuais, gays, transgêneros e travestis não apenas fornecem uma ilusão de pertencimento, mas também limitam nossa compreensão de gênero e sexualidade como comportamentos variáveis, mudando constantemente ao longo da história (Ingraham 2006, 312-313). “Estratégias de organização baseadas em direitos e intervenções desenvolvimentistas sobre orientação sexual e expressão de gênero precisam deixar de lado as comumente categorias identitárias para um contexto mais amplo de luta” (Budhiraja et al. 2010, 131-132), pois essa abordagem mascara a real diversidade de expressões sexuais e de gênero.

Butler acredita que é necessário fazer proposições políticas usando categorias identitárias e ter o poder de se nomear, mas também se faz necessário lembrar os riscos que tais práticas implicam (citada por Colling 2010, 2). A proposta política *queer* não aponta para uma divisão. Trata-se de um apelo unificador das diferentes experiências que não conformam com as normas sexuais e de gênero através da experiência da vergonha. Ser xingado de bicha, sapatão, anormal ou degenerado é a experiência

fundante da descoberta da homossexualidade, ou o que nossa sociedade ainda lhe atribui, o espaço da humilhação e do sofrimento. Transformar essa experiência em uma força política de resistência é o propósito da proposta *queer* original (Miskolci, citado por Colling 2010, 2). Para Seffner (2011, 75-76), utilizar a injúria como denominador comum que constitui LGBTs também permite articulações com outros movimentos sociais em que injúrias relacionadas a raça, classe, religião, gênero, soropositividade, incapacidades, status de migrante ou refugiado são discutidas.

Manuel de Landa apresentou distinções úteis entre dois tipos de redes: hierárquias e “malhas” (*meshworks*). A primeira tem o controle centralizado, é super planejada, homogeneizada, com certos objetivos e regras de comportamento, operando em estruturas semelhantes a árvores, como as organizações militares, burocráticas e as empresas capitalistas. A segunda, ao contrário, é flexível, baseada na tomada de decisão descentralizada (como “efeito de enxame”), auto-organizada, heterogênea, diversa, não tendo apenas um único objetivo declarado (citado por Escobar 2009, 397), relações não hierárquicas, democracia direta e luta pelo consenso (Juris 2008, 354). Deleuze e Guattari usaram a metáfora dos “rizomas” para descrever as “malhas”, sugerindo que são “redes de elementos heterogêneos que crescem em direções não planejadas, seguindo as situações da vida real que encontram” (citados por Escobar 2009, 397).

Outro ponto importante no campo dos movimentos sociais é a centralidade das práticas de conhecimento nos movimentos e como essas representações enfraquecem a fronteira entre os saberes ativistas e acadêmicos. O presente artigo se alinha com o duplo argumento de Casas-Cortés *et al.* (2008, 45):

Primeiro, os movimentos geram conhecimento e esse conhecimento é material - isto é, concreto e corporificado na prática. Como tal, está localizado. Em segundo lugar, as práticas do conhecimento são politicamente cruciais, tanto por causa da relação inextricável entre conhecimento e poder quanto por causa dos locais singularmente situados dessas práticas.

#### 2.1.1 O papel das emoções no fazer ativismo

Devido ao enorme compromisso pessoal que implica ser um ativista, o papel das emoções e do prazer que estão envolvidos na ação coletiva não deve ser subestimado. Portanto, o espaço seguro criado por alguns movimentos sociais desempenha um papel importante no motivo pelo qual os ativistas se mantêm dentro de um movimento, promovendo um lugar onde eles podem compartilhar experiências dolorosas, conhecer uns aos outros, compartilhar conhecimento e trabalhar sua reflexividade e lugar de fala - o que é chamado de “política afetiva” ou “política dos afetos” (Brown e Pickerill 2009, 32-33).

## 2.2 INTERSECCIONALIDADE

Interseccionalidade “tem sido anunciada como uma das contribuições mais importantes para o saber feminista” (Davis 2008, 67). O termo interseccionalidade foi cunhado pela primeira vez nos anos 1980, por Kimberle Crenshaw, feminista negra norte-americana. Ela o usou pela primeira vez para explicar a diferença de experiências e de luta de mulheres de cor, considerando não apenas seu gênero, mas também sua raça. O conceito, no entanto, originou-se nos anos 1970, quando diferentes grupos feministas - negras, lésbicas, do terceiro mundo, anticolonialistas - começaram a contestar a categoria “mulher” como um bloco unitário. Elas alegavam, ao invés, que diferentes grupos de mulheres têm lutas diferentes, considerando sua variedade de identidades e relações de poder envolvidas, e que a ideia de “irmandade” estava levando em consideração a experiência de mulheres ocidentais, brancas, heterossexuais e de classe média (Denis 2008, 679). O conceito evoluiu e pode ser explicado como uma ferramenta analítica para explorar a interação entre diferentes categorias identitárias, bem como de opressão/subordinação/privilegio - como gênero, sexualidade, raça, etnia, casta, classe, religião, idade, corpo, etc. De acordo com Cho, Crenshaw e McCall (2013, 785), a interseccionalidade está se desenvolvendo em direção a um campo de estudos que pode ser dividido por linhas tênues em três áreas de engajamento:

A primeira consiste em investigar dinâmicas interseccionais, a segunda em debates discursivos sobre o âmbito e conteúdo da interseccionalidade como um paradigma teórico e metodológico, e a terceira consiste em intervenções políticas que empregam uma lente interseccional.

## 2.3 O CORPO

Como Grosz, “entendemos os corpos como locais de significado cultural, experiência social e resistência política” (parafrazeado por Harcourt et al. 2016, 149). Desde a colaboração de Foucault sobre a resistência ao poder sistêmico situado no corpo, a academia feminista vem tentando desconstruir conceitos presumidos de gênero e sexo biológico (Harcourt et al. 2016, 149). Teóricos *queer*, como Butler, permitiram a teorização da heteronormatividade como um conjunto de práticas legais, culturais e institucionais que mantêm as suposições de gênero como um sistema binário que reflete o sexo biológico, acreditando que a única atração sexual natural é a que existe entre os supostos gêneros “opostos” (citado por Schilt e Westbrook 2009, 441). Spivak e Mohanty escreveram sobre a experiência da corporificação feminina sendo informada pelo sexismo, racismo, misoginia e heterossexismo (citados por Harcourt et al. 2016, 149). Entretanto, essa experiência pode ser ampliada a todos os corpos que expressam o feminino, como gays efeminados, transgêneros e todos os outros que não se alinham à norma heterossexual.



Nas últimas décadas, a política do corpo, como campo de estudos, coloca o corpo como local de resistência, sendo uma força mobilizadora importante para a igualdade de gênero, sexualidade e direitos humanos. Em um ensaio sobre “corpos indignos”, Borghi (2016, 4-5) explora a relação entre espaço público, corpo e *performance*, dando atenção aos corpos que não se conformam com a norma sexista e capitalista heterossexual-patriarcal, que considera esses corpos como fora do lugar, colocando-os de lado, marginalizados e excluídos de privilégios. Ela parte do ponto de vista de que o espaço público não é neutro e é regido pela norma heterossexual. Nessa perspectiva, o corpo está em constante relação com o espaço, não só o habitando, mas sendo também espaço. Assim, o corpo é um espaço social, relaciona-se com outros espaços e participa da produção do espaço. Dessa forma, os corpos têm um enorme potencial - corpos fora da norma ainda mais -, pois possuem um forte potencial de subversão que pode permitir a transgressão das normas que regulam os espaços públicos. Se somarmos *performances* artísticas ao corpo, percebemos formas de ativismo e resistência em que utilizamos nosso próprio corpo como suporte para a ação no espaço público, o que permite tornar visíveis as relações de dominação e injustiça social, gerando uma nova maneira de fazer ativismo.

#### 2.4 ARTIVISMO

Aspectos distintos tradicionalmente caracterizam o que é entendido por arte e ativismo: a arte está situada no simbólico, enquanto o ativismo opera ações simbólicas que interferem no mundo real. O valor histórico da autoria levou a arte a construir-se a partir do indivíduo. O ativismo visa incitar uma ação coletiva; a arte reinterpreta o mundo, enquanto o ativismo visa transformá-lo. Porém, basta um simples exercício de reflexão para dismantelar tais premissas conceituais, que ditam limites exatos para o que não passa de construções culturais, que sempre podem ser sobrepostas, reinventadas ou subvertidas (Mourão 2015, 53-54).

O artivismo pode ser entendido como um neologismo conceitual que faz ligações entre arte e política e estimula os usos potenciais da arte como ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, por meio de estratégias poéticas e performáticas. Sua natureza estética e simbólica intensifica, sensibiliza, reflete e questiona temas e situações em um dado contexto histórico e social, visando a mudança ou resistência. Assim, de acordo com Raposo (2015, 5), o artivismo é ao mesmo tempo causa e reivindicação social e simultaneamente um avanço artístico, propondo cenários, paisagens e ecologias alternativas de prazer, participação e criação artística.

Considerando as diferentes expressões artivistas, a *performance* é aquela que permite reunir as construções advindas do que se entende



historicamente como arte e ativismo, uma vez que utiliza o corpo como meio de expressão, presente em ambas as tradições históricas. Segundo Mourão (2015, 67), existem quatro fatores-chave necessários para uma *performance* bem-sucedida:

1 - transmitir uma dimensão vibrante dissonante, usando formas de comunicação mais emotivas e simbólicas do que lógico-rationais;

2 - exercer-se de forma inesperada, criando um impacto pelo elemento surpresa;

3 - recorrer a um espaço e/ou tempo com significado especial, brincando com as noções artísticas específicas do lugar e com narrativa dramática (associadas a datas e eventos simbólicos);

4 - ser registrada e transmitida pela mídia e/ou pela internet, tornando a esfera pública e o ciberespaço público o palco que gera o público espectador.

Usando seus corpos, os artistas criam um tipo diferente de arte, que é usada politicamente para passar uma mensagem, que só será entendida por meio das emoções que serão provocadas.

### **3. ABORDAGEM DA PESQUISA E PAPEL COMO PESQUISADOR**

Considerando os objetivos da minha pesquisa, ela se alinha com uma abordagem etnográfica, pois envolve o estudo de um grupo cultural, tentando entender e interpretar o ponto de vista de seus participantes (O'Leary 2004, 118). Para responder à pergunta da pesquisa, diferentes métodos foram utilizados para reunir dados primários, como entrevistas e observação. No entanto, o principal método empregado foi a entrevista informal, um a um, semiestruturada, pois é o método que permite o estabelecimento de uma relação de confiança entre o pesquisador e o entrevistado, fornecendo dados qualitativos ricos e aprofundados (O'Leary 2004, 161-170).

As questões em torno do meu posicionamento ou, até mesmo, lugar de fala apareceram intuitivamente no processo de escolha do meu tópico. Por muito tempo, me vi como uma minoria sexual que sofre discriminação por ser uma bicha gorda. O medo da discriminação e da violência molda e força a pessoa a se analisar, a ter consciência da sua diferença em relação aos outros. Eu já havia reconhecido que não sofria as mesmas opressões que outros sofrem e comecei a ver minha luta de forma diferente. No entanto, isso só veio realmente à tona quando comecei a estudar a interseccionalidade em seus diferentes modos de engajamento. Hoje eu entendo minha posição de privilégio por ser cisgênero, homem, branco e de classe média, pois, mesmo sendo uma bicha gorda,

considerando a soma de minhas outras identidades, me encontro em uma posição privilegiada dentro da comunidade LGBT.

Agora, como pesquisador, eu me posiciono fazendo pesquisa *com*, e não *sobre*, movimentos sociais. Escutei minhas entrevistadas como alguém curioso para saber o que as especialistas nesse tipo de ativismo tinham para me dizer, investigando sempre o que os conceitos que estou discutindo neste artigo significam para elas e tentando entender como elas os praticam.

### 3.1 MÉTODOS UTILIZADOS PARA GERAR OS DADOS

#### 3.1.1 Entrevista e seleção dos entrevistados

As entrevistas tiveram uma estrutura informal e flexível, seguindo um guia com questões elaboradas anteriormente, mas de uma forma que permitisse explorar pontos específicos, seguindo o fluxo natural da conversa. Com a ajuda dada pelo Cadu Oliveira - um dos ativistas do coletivo -, enviei uma explicação sobre o meu projeto e solicitei a resposta daquelas pessoas que gostariam de contribuir para a pesquisa. Assim que as primeiras entrevistas foram acontecendo, nomes diferentes começaram a surgir. Usando o método de amostragem “bola de neve”, pedi novamente a ajuda de Cadu para nomear outros ativistas que pudessem refletir a diversidade do coletivo. A maioria das entrevistas ocorreu no apartamento de uma amiga na avenida Paulista, onde eu pude criar um ambiente seguro e acolhedor. Outras entrevistas foram realizadas em suas casas e em um parque, atendendo às preferências das entrevistadas.

Foram realizadas 11 entrevistas ao longo de cerca de quatro semanas. Antes de iniciar cada uma, pedi o consentimento das entrevistadas para gravar nossas conversas. Considerando os tópicos que foram abordados durante as entrevistas e o papel das entrevistadas como ativistas e figuras públicas, expliquei que o anonimato não seria recomendado, o que foi aceito por todas, e ofereci um termo de consentimento livre e esclarecido, explicando a pesquisa e dando-lhes a opção de serem consultadas previamente caso eu decidisse citá-las expressamente. Todas assinaram o termo e apenas um ativista pediu para ser questionado sobre o uso de suas palavras expressamente. Foi assegurada confidencialidade em tópicos específicos, caso achassem necessário, dando-lhes “o direito de recusar-se a responder a quaisquer perguntas específicas e o direito de encerrar a entrevista mediante solicitação” (O’Leary 2004, 167).

#### 3.1.2 Observação

Outro método de pesquisa usado para coletar dados primários foi a observação. Eu observei uma reunião de dois GTs (grupos de trabalho) sobre uma festa para financiar o próximo protesto, agendado para novembro/2017,

e um evento de cinema que estava sendo organizado pelo coletivo. Essa observação não seguiu uma estrutura específica, eu não participei efetivamente dos tópicos discutidos e todas estavam cientes do intuito da minha presença. Outro episódio observado foi a participação do coletivo no grande protesto ocorrido em São Paulo, em 23 de setembro de 2017, em resposta à decisão judicial que permitiu o uso da “terapia de reversão sexual” por psicólogos no Brasil, a famigerada “cura gay” (Langlois 2017). Essa observação foi, no entanto, totalmente participante, pois não podia lutar contra meu interesse e posição em torno do tema. Os dados coletados durante minhas observações me ajudaram nas análises sobre como o coletivo se estrutura e trabalha sua horizontalidade.

### 3.1.3 Dados secundários

Além dos dados primários, dados secundários foram coletados de artigos científicos, relatórios de ONGs, organizações internacionais e principalmente da produção coletiva e de alguns ativistas para construir o histórico apresentado no início do artigo. Uma quantidade rica de material sobre o coletivo está sendo produzida por elas e está disponível em artigos de jornais, vídeos e entrevistas na internet. Uma pesquisa no Google gerou 623 resultados de páginas da *web*, além de 221 resultados no YouTube, em 20 de outubro de 2017.

## 4. ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 A INSPIRAÇÃO DA RDL E OS PRIMEIROS PASSOS PARA ORGANIZAR O COLETIVO

Em 2014, a Parada LGBT do Rio de Janeiro foi cancelada por falta de financiamento e ajuda de diferentes instituições governamentais. Uma parada independente foi organizada e reuniu grupos LGBT, mas também contou com uma grande representatividade de movimentos feministas e negros. O aspecto festivo foi muito forte, com *performances* artísticas provocativas, mas não sem significado e proposições políticas. E foi essa junção de política, diversidade de reivindicações, articulação de diferentes grupos e celebração dos diferentes corpos presentes no espaço público que interessou a Gustavo.<sup>5</sup> De volta a São Paulo, um grupo de amigas decidiu publicar em sua página no Facebook (Bonfiglioli 2014) o convite de uma reunião com amigas, ativistas ou não, para pensarem juntos um novo ativismo e preparar a primeira “RDL na Rua”. Mais de 50 pessoas compareceram a esse encontro, e um manifesto foi coletivamente escrito com várias reivindicações para o “Corpo Livre”. O primeiro protesto aconteceu no mesmo local onde ocorrera o episódio da lâmpada na avenida Paulista.

5. Entrevista com Gustavo Bonfiglioli, 17 de agosto de 2017.

4.2 AUTOIDENTIFICAÇÃO E PERCEPÇÕES SOBRE CATEGORIZAÇÕES IDENTITÁRIAS  
Entrevistei sete homens gays com diferentes origens socioeconômicas, raças e status de migrantes; uma mulher bissexual, uma lésbica, uma mulher negra, idosa e heterossexual e um homem trans - como pode ser visto no Apêndice A. Todas as ativistas preferiram nomear suas diferentes identidades e algumas explicaram a importância política ou a necessidade de usar tais categorias.

Ariel<sup>6</sup> explicou que se sente pertencente a todas as letras da sopa de letras LGBT. Ele conta que nunca se sentiu lésbica, mas sim sapatão, e não concorda com a maneira como esse termo é visto hoje em dia, expressando apenas relações entre duas mulheres, enquanto há toda uma “cultura sapatônica” que engloba lésbicas e homens trans. Para ele, diferentemente de se descobrir como sapatão, identificar-se como homem trans foi uma decisão política pensada, que foi tomada para que as pessoas levassem sua masculinidade seriamente. No entanto, Ariel também se identifica como bicha, mas isso se deu mais em razão da opinião da sociedade sobre ele. Ele passou a ser “lido” como bicha, pois acredita que essa é a masculinidade - mais efeminada - que ele expressa nos olhos dos outros, tendo, inclusive, sofrido ataques homofóbicos por causa dessa imagem.

Luana<sup>7</sup> afirma-se como sapatão, pois é como se sente confortável, apesar de seus privilégios como branca, de classe média, com diploma universitário, embora saiba que essa não é a realidade para muitas mulheres em muitos lugares. Ela acredita que estamos vivendo um período em que é necessário, e político, nomear as identidades, mas espera que no futuro não precisemos mais usar tais caixas. Para Luis,<sup>8</sup> faz-se necessário distinguir como você se identifica politicamente e como se vê pessoalmente.

Vitor<sup>9</sup> me contou como explica aos seus alunos por que ele usa a palavra viado, e não gay. Quando se afirma como viado, ele reivindica um lugar diferente da conotação higienizada que a palavra *gay* ganhou ao longo dos anos. Ele diz que esse processo conservador também foi promovido pelo “Movimento Homossexual Brasileiro” a fim de separar os gays que merecem respeito dos viados e bichas mais efeminadas e periféricas (e principalmente negros).

Gustavo<sup>10</sup> explica que é uma relação paradoxal, já que ele acredita em um mundo hipotético onde essas categorizações não deveriam importar. No entanto, enquanto corpos diferentes recebem valores diferentes

6. Entrevista com Ariel Nobre, 1º de setembro de 2017.

7. Entrevista com Luana Torres, 18 de setembro de 2017.

8. Entrevista com Luis Arruda, 22 de agosto de 2017.

9. Entrevista com Vitor Grunvald, 4 de setembro de 2017.

10. Entrevista com Gustavo Bonfiglioli, 17 de agosto de 2017.

considerando a maneira como são percebidos, é necessário abraçar essas categorizações em alguns níveis para reunir-se em comunidade e lutar juntos por legitimidade. Falando sobre críticas em relação aos movimentos identitários, as quais os culpabilizam por promover o enfraquecimento dos direitos humanos, dos trabalhadores e das agendas de esquerda, ele acredita que foi um fenômeno político necessário para entender suas próprias especificidades.

#### 4.3 CORPO LIVRE: COMO OS ATIVISTAS ENXERGAM ESSA PLATAFORMA INTERSECCIONAL

Das discussões que aconteceram no primeiro encontro do coletivo, a conclusão foi que suas ações deveriam ser articuladas ao redor do corpo. Isso foi baseado no fato de que diferentes corpos têm valores diferentes para a sociedade. Segundo Gustavo,<sup>11</sup> quando o movimento negro diz que “a carne mais barata no mercado é a carne negra”, é porque os corpos negros são subvalorizados em comparação com o corpo branco. Quando uma pessoa LGBT recebe uma lâmpada em seu rosto, é porque esse corpo merece ser espancado, porque é um corpo que tem menor valor. Todos esses corpos são diferentes, têm privilégios diferentes, mas têm algo em comum: são oprimidos por ser como são. Todos os diferentes corpos precisam ser livres e viver com dignidade, com acesso a recursos, a empregos, a afeto, a sexo, a qualquer coisa que desejarem.

Algumas das entrevistadas explicaram que é muito importante estar em um espaço que reconheça a complexidade interseccional de suas próprias identidades, pois alguns movimentos identitários não abrem espaço para discutir as especificidades das pessoas que incorporam diferentes interseções, como sexualidade e raça, sexualidade com raça e classe, ou todos esses e status de HIV.

A maioria das entrevistadas explicou de diferentes maneiras como é necessário ter uma perspectiva mais ampla da sociedade por meio de uma confluência interseccional das relações de poder, pois muitos movimentos são bastante fechados e não dialogam com outros grupos. Elas concordam que isso aconteceu por um motivo, mas o que as atraiu é que o coletivo dá uma visão geral, passando por diferentes tipos de opressões, pois é impossível viver em sociedade sem uma perspectiva de como ela é composta.

José<sup>12</sup> deu o exemplo de quão diversas são as opressões sofridas pelos diferentes ativistas da bolha gay dentro do coletivo. As diferenças entre um homem gay, branco, de classe média de São Paulo, como Luis, e ele, um homem gay do interior, vindo de uma família mais conservadora, ou entre André, gay do Nordeste do país, Cadu, um gay negro afeminado,

11. Entrevista com Gustavo Bonfiglioli, 17 de agosto de 2017.

12. Entrevista com José Alberto, 27 de agosto de 2017.



e Gustavo, um gay branco de classe média, mas que também é gordo e extremamente *fechativo*.<sup>13</sup> Ele diz que essas pessoas são lidas de maneiras diferentes, mesmo sendo todas gays. Para ele, essa inspiração interseccional é uma “bagunça” que os ajuda a entender que as coisas são diferentes para cada um dependendo de suas experiências corporificadas, considerando o lugar que ocupam, sua classe social ou raça.

Diferentes ativistas entrevistadas mostraram sua preocupação em conseguir unir diferentes corpos oprimidos ao coletivo, a fim de ver sua interseccionalidade não apenas como uma perspectiva, mas também como uma prática real. Elas disseram que o coletivo começou principalmente com homens gays de classe média e por muito tempo eles foram a maioria - uma fonte de desconforto e um de seus maiores desafios. A fim de combater tal situação, o coletivo tem trabalhado para reunir forças com diferentes grupos identitários, solicitando a ajuda de ativistas negros e transgêneros para eventos específicos, por exemplo, e essa relação os tem ajudado a levar diferentes experiências corporificadas para o coletivo.

#### 4.4 FERVO TAMBÉM É LUTA E ARTIVISMO

*Fervo também é luta* tem um significado percebido por todas as entrevistadas como a celebração dos diferentes corpos oprimidos nos espaços públicos – os mesmos espaços que não permitem sua expressão genuína, nem sua existência.

Como mostrado anteriormente, o coletivo foi inspirado na Parada LGBT independente que aconteceu no Rio de Janeiro em 2014. Não diferente do carnaval brasileiro nas ruas, está longe de ser apenas uma festa, pois também é política por ser uma celebração democrática que reúne pessoas com diferentes marcadores sociais no espaço público. Curiosamente, como a Parada LGBT serviu de inspiração para um dos lemas da RDL, segundo José,<sup>14</sup> as duas últimas Paradas LGBT de São Paulo começaram com uma *drag queen* gritando *fervo também é luta*, um sinal de que a mensagem delas está começando a ser assimilada por outros movimentos.

A primeira vez que vi uma *performance* artista da RDL foi em 2015. Naquela época, inspirados na declaração de Eduardo Cunha - então presidente da Câmara dos Deputados - de que a discussão sobre a legalização do aborto só aconteceria por cima de seu cadáver, eles organizaram o “Passagem de cadáver do Eduardo Cunha”<sup>15</sup> (A Revolta da Lâmpada 2015a), em que diversas pessoas explicaram as razões pelas quais passavam sobre seu cadáver, fazendo uma conexão com seus corpos

13. Esse termo é usado para denominar as pessoas que ganham atenção aonde vão pela maneira como se vestem e se expressam. Neste caso, deixando muito claro que ele é um gay efeminado. Veja a nota de rodapé n. 3.

14. Entrevista com José Alberto, 29 de agosto de 2017.

15. Ver <<https://www.youtube.com/watch?v=U-iUEDhf8g4>>.

livres, e passaram por cima de uma boneca com o rosto do congressista, indicando que a luta pelos direitos das mulheres sobre seus corpos não seria silenciada (Grunvald 2015, 37-38), terminando com um ativista tirando suas roupas e dançando em cima da boneca. No mesmo ano, uma das maiores e mais poderosas igrejas evangélicas do Brasil divulgou um vídeo mostrando um exército paramilitar chamado “Exército Gladiadores do Altar” (Exército Gladiadores do Altar 2015), uma ameaça real aos grupos LGBT e de religiões de matrizes africanas. Em resposta, a RDL produziu um vídeo apresentando as “Amazonas do Fervo”<sup>16</sup> (A Revolta da Lâmpada 2015b), em que um grupo composto de diferentes corpos vestindo roupas provocativas zombava da linguagem militar, enquanto dançava e gritava a “Manifesta do Corpo Livre”.

Vitor,<sup>17</sup> como ativista e acadêmico, está envolvido em várias discussões sobre artivismo. Para ele, trata-se de uma prática que pertence à arena política e ao campo da arte. De certa forma, o artivismo seria a área cinzenta entre arte e política, e, sobre o artivismo proposto pelo coletivo, ele acredita que é construído com uma linguagem diferente para tentar conectar as pessoas, de uma maneira que as linguagens políticas tradicionais não são capazes.

De projetos estruturados a completamente improvisados, o coletivo tem diferentes formas de praticar o artivismo. Por meio da descoberta das possibilidades de seus corpos, proposições políticas podem ser feitas com poucos recursos. O coletivo organizou um *workshop* sobre artivismo a pedido do Masp com o apoio de uma ativista que colabora com o coletivo, chamada Leandrinha Du Art.<sup>18</sup> Nesse evento, ela, uma mulher trans cadeirante, performou deitada no chão em frente ao museu na avenida Paulista, segurando um cartaz: “Os homens que me desejam, me matam!” (A Revolta da Lâmpada 2017c), deixando explícita a contradição entre o desejo e a opressão sobre corpos trans.

Em resposta aos recentes ataques às artes e à cultura, com a demonização da nudez, o coletivo organizou uma sessão de fotos chamada “Meu-KooPraCensura”,<sup>19</sup> celebrando a beleza de diferentes corpos nus e reunindo mulheres, bichas, corpos negros, corpos trans, etc. (A Revolta da Lâmpada 2017g).

16. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=WYmKmDgnKl4>.

17. Entrevista com Vitor Grunvald, 4 de setembro de 2017.

18. Ver <https://www.facebook.com/LeandrinhaDuArt/>. Acessado em 7 de novembro de 2017.

19. Ver <https://MeuKooPraCensura.tumblr.com/>.

FIGURA 4  
Sessão de fotos  
"Meu-KooPraCensura".  
Fotógrafo:  
Rafael Canoba.



FIGURA 5  
Sessão de fotos  
"Meu-KooPraCensura".  
Fotógrafo:  
Rafael Canoba.



Usando as quatro características-chave para uma bem-sucedida *performance* artista proposta por Mourão (2015, 67) para analisar as *performances* - e a sessão de fotos - descritas acima, fica evidente que cumprem todas, pois (i) transmitem uma dimensão vibrante dissonante, através da comunicação emocional e simbólica; (ii) foram inesperadas, criando um elemento surpresa; (iii) estavam em um tempo/espço com significado especial, com uma narrativa dramática; e (iv) foram registradas pela mídia de massa ou compartilhadas na internet, perpetuando a mensagem de que corpos diferentes precisam ser livres de diferentes tipos de opressão.

Assim, ativismo é um conceito novo, ainda não consensual, provavelmente por ainda estar em construção. Mas está claro que os integrantes do coletivo descobriram que qualquer um pode ser um artista/artivista e que eles estão conseguindo passar sua mensagem política de uma outra forma, por intermédio das emoções, como só a arte costumava fazer.

#### 4.5 VAMOS FALAR DE PRÁTICA!

O coletivo tem o propósito de ser horizontal. Para Luis,<sup>20</sup> um desafio para manter a horizontalidade é o seu tamanho, pois é muito importante trazer mais corpos diversos, porém, com mais pessoas, diferentes métodos terão que ser elaborados para mantê-lo horizontal e espontâneo, já que ele vê a espontaneidade como uma das principais características do coletivo.

Muitas das entrevistadas explicaram que o coletivo tem três grandes eventos durante o ano: a “Revolta na Rua”, a “CICLA das 5” e os eventos mensais no MAM. Os outros eventos são organizados principalmente por convites recebidos de universidades, museus e outros coletivos. Os temas são escolhidos principalmente com base no contexto social/cultural/político brasileiro. Um exemplo é a conversa mensal no MAM. Uma das entradas do museu fica em um dos maiores parques de São Paulo, o Ibirapuera. Lá, todo final de semana, centenas de adolescentes de diferentes classes sociais se reúnem para patinar, ouvir música, paquerar e se divertir. Por meio de eventos em sua página no Facebook, o coletivo anuncia o tema para todos que queiram participar. No entanto, os adolescentes que já estão lá é que são convidados a participar, usando formas pouco usuais de persuasão, como pequenos *fervos* e *performances* artísticas. Uma vez que eles ganham a atenção, a conversa é proposta.



FIGURA 6  
Evento no MAM.  
Fotógrafo:  
Rafael Canoba.

20. Entrevista com Luis Arruda, 22 de agosto de 2017.



Em 4 de abril de 2017, o novo currículo nacional escolar foi anunciado pelo governo brasileiro aos jornalistas. Dois dias depois, uma nova versão do documento foi publicada, excluindo todas as referências a identidade de gênero e orientação sexual (Cancian 2017). No dia 23 de abril, o coletivo organizou a palestra “Gênero nas escolas: passado e futuro da juventude LGBT”. Considerando que negros, mulheres, LGBT, pessoas gordas, pessoas vivendo com HIV são sistematicamente expulsas dos espaços de poder, mas também dos espaços de afeto, o coletivo propôs discussões sobre tristeza, depressão e intimidação, trazendo corpos diversos para contar suas histórias (A Revolta da Lâmpada 2017a).

Em maio, elas abordaram o tema: “Masculinidades: os homens são educados para serem violentos?”. O evento terminou com convidados e ativistas admitindo publicamente que a reinvenção da masculinidade em uma cultura saudável só é possível na conexão política e afetiva com as mulheres (A Revolta da Lâmpada 2017b). Um processo semelhante aconteceu em julho daquele ano, dessa vez abordando o tema da discriminação baseada no HIV (A Revolta da Lâmpada 2017d).

Nem todos os temas são escolhidos por unanimidade. De acordo com Luana,<sup>21</sup> ela e Gustavo tentaram apresentar a gordofobia como tema muitas vezes, mas sempre havia um tema mais “urgente”. Durante as discussões sobre a palestra em agosto, ambos tiveram que ser firmes e o grupo trouxe o tema “O corpo gordo é lindo”. Ativistas de diferentes gerações, raças e identidades de gênero discutiram modelos e estereótipos que marginalizam o corpo gordo em nosso cotidiano (A Revolta da Lâmpada 2017e).

Trabalhando em conjunto com a FESPSP, o coletivo e a fundação organizam anualmente um ciclo de seminários – “CICLA das 5” – para discutir diferentes questões junto com academia, ativistas e público em geral. Em 2017, o tema guarda-chuva foi “Incertezas do trabalho”, e o coletivo discutiu diferentes aspectos relativos a “Trabalho e corpos vulneráveis: a empresa imita a sociedade”. As mesas foram formadas por ativistas de cortes que priorizavam a diversidade de raças, habilidades, classe, gênero, sexualidade, idade e status de HIV (A Revolta da Lâmpada 2017f).

O convite para o protesto de 2017 é um exemplo de como o coletivo opera como “malha” com outros movimentos sociais, para usar a analogia de Escobar (2009, 393-404). No texto, a RDL intersecciona sua inspiração e práxis interseccionais com ativismo e a ideia de celebração de corpos diversos no espaço público, apresentando uma forte mensagem de resistência à censura promovida por setores conservadores, com o tema: “Corpo livre é a cura! Meu KOO para a censura!”.

---

21. Entrevista com Luana Torres, 18 de setembro de 2017.



Queremos dar uma resposta das ruas para a avalanche neofascista que censura, precariza e criminaliza nossos corpos, nossa arte, nossas expressões, direitos e políticas públicas para fazer uma cortina de fumaça para desviar a atenção do maior tsunami de chorume já experimentado pela política nas últimas décadas. O cu terá um papel fundamental em nossa marcha. Vejam só a ironia: o cu é uma das únicas coisas que todo mundo tem em comum, mas é a parte do corpo mais censurada de todas (A Revolta da Lâmpada 2017h).

Além de suas próprias ativistas, outros coletivos e ativistas foram convidados a performar e falar sobre o corpo intersexual, o corpo em situação de rua, o corpo LGBT periférico, o corpo assexuado, o corpo das trabalhadoras do sexo, o corpo das religiões de matriz africana, o corpo refugiado, etc.

#### 4.6 COMO AS ATIVISTAS COMPARTILHAM CONHECIMENTO: AFETO AO FAZER ATIVISMO

Desde que conheci o coletivo, sempre achei interessantes seus discursos bem fundamentados em postagens no Facebook, vídeos ou textos promovendo seus eventos. Muitas vezes, uma linguagem muito espirituosa é usada, misturando e criando novas palavras. Surgiu então a questão de como o conhecimento é compartilhado entre as ativistas, considerando que elas vieram de origens ou bolhas tão diferentes.

A ligação com a academia não foi negada, já que algumas delas possuem o título de mestra ou doutora. Vitor,<sup>22</sup> um dos ativistas acadêmicos, diz que um processo muito complicado de deslegitimação do conhecimento acadêmico está ocorrendo nos círculos ativistas no Brasil atualmente. Ele concorda que a academia deve ser denunciada por ser um espaço masculino, branco e cisgênero. No entanto, deve ser ocupada pelos corpos historicamente excluídos, transformando esse espaço em um local que não considere essas vozes apenas objeto de estudo, mas também como uma ferramenta empoderadora.

Cadu<sup>23</sup> diz que elas precisam estar em contato com a academia, ter essa troca de conhecimento, mas precisam “manter um pé fora, é o que nos mantém na realidade, é o pé no chão”. Para ele, a linguagem do coletivo não pode ser muito acadêmica, pois se torna menos acessível. De acordo com Amanda,<sup>24</sup> “na RDL, seu currículo deve ficar na porta, do lado de fora. Você vai deixar seu *lattes* lá e vai participar aqui como eu, como iguais”.

Assim, o conhecimento é compartilhado principalmente de forma oral, durante as reuniões, eventos e em suas relações pessoais dentro do grupo. Histórias sobre reuniões caóticas e sem fim foram compartilhadas,

22. Entrevista com Vitor Grunvald, 4 de setembro de 2017.

23. Entrevista com Cadu Oliveira, 24 de agosto de 2017.

24. Entrevista com Amanda Alencar, 18 de agosto de 2017.

descrevendo o desafio de manter o foco e discutir as questões práticas, mas sempre com o desejo de não silenciar nenhuma voz. E, durante essas reuniões, entre discussões práticas, as ativistas compartilham problemas e histórias pessoais. O coletivo tornou-se um espaço seguro em que elas podem falar, ouvir, ser ouvidas, aprender sem julgamentos, apoiar e ajudar umas às outras.

**4.7 MOTIVAÇÕES PARA FAZER ATIVISMO: PROCESSO PARA MUDANÇA SOCIAL**  
Como muitos outros movimentos, a RDL elaborou um manifesto muito poético e pragmático (A Revolta da Lâmpada 2014). Suas reivindicações incluíam a implementação de diferentes políticas públicas e a aprovação de diversas reformas legais. Muitas ativistas mencionaram o manifesto, que ainda serve como norte para a luta.

Algumas ativistas mostraram sua profunda admiração por outros movimentos que fazem um trabalho comunitário de base, ajudando os grupos oprimidos em suas necessidades básicas. Algumas vezes, essa admiração veio em forma de crítica acerca do trabalho que o coletivo faz, perguntando a si mesmo o que é mais importante. Mas essa é a pergunta certa?

Muito foi dito sobre as rodas de conversa com jovens LGBT e/ou periféricos, conferências, oficinas e a reação de pessoas comuns que começam a seguir seus protestos. Elas encontram orgulho e alegria ao ver uma pequena semente plantada no coração de alguém, esperando que a mensagem delas tenha tocado esses corações e seja replicada em seu lar, em seus relacionamentos diários com diferentes pessoas. É muito forte a sensação de que nada vai mudar/acontecer se não for promovida uma mudança social e cultural na sociedade. Portanto, existe essa maneira de enxergar seu ativismo como um processo para promover uma mudança social.

O coletivo também tenta dar atenção a agendas mais pragmáticas, trabalho comunitário e implementação de políticas públicas e reforma legal, mas é impossível abranger todas as áreas nas quais um movimento social pode contribuir. A ideia de conectar e colaborar com outros movimentos foi apontada por muitas das entrevistadas como um objetivo de curto prazo do coletivo, o que mais uma vez ressoa com a ideia de trabalhar em “malhas”, proposta por Escobar (2009, 393-404): diferentes movimentos independentes e horizontais, focalizando suas próprias especificidades, mas colaborando e dando força a outros modos de luta.

## **5. CONCLUSÃO**

O presente artigo tentou responder à pergunta: *o que significa para os ativistas da Revolta da Lâmpada fazer ativismo usando o ativismo como método, em um coletivo com inspiração interseccional que tem o corpo livre como denominador comum de luta?*

Eu tinha suposto uma visão muito crítica do coletivo em relação às políticas identitárias e à abordagem baseada em direitos e um discurso essencialista do movimento LGBT brasileiro dominante. No entanto, por meio das várias respostas, os ativistas expressaram sua crença na necessidade política de:

- a) abraçar suas próprias identidades e criar espaços seguros com afeto;
- b) lutar pelas especificidades de cada identidade; e
- c) trabalhar em solidariedade com corpos que sofrem opressões diferentes ou entrelaçadas.

O coletivo vai além do debate estabelecido em torno das políticas identitárias, usado estrategicamente, quando necessário, mas tentando encontrar formas interseccionais de colaborar com outros movimentos e lutar contra as opressões que são estruturais em nossa sociedade. As diferentes possibilidades que a interseccionalidade, como inspiração, implica para a práxis coletiva são o denominador comum encontrado nas respostas das ativistas.

Há a necessidade de entender a intersecção de suas próprias identidades corporificadas integralmente, o que não pode ser encontrado nem mesmo em movimentos que trabalham com intersecções específicas de raça e sexualidade, por exemplo. O espaço seguro para aprender sobre suas experiências corporificadas, trabalhadas através de suas relações afetivas, também é fundamental, pela visão geral que dá da tão diversa sociedade em que estão inseridas. A forma hermética e burocrática de organizar diferentes movimentos sociais, que também se expressa na sua comunicação com o público, é outro fator importante, pois elas acreditam na necessidade de repensar novas metodologias de ativismo que envolvam um aspecto festivo de celebração de seus corpos, bem como o uso de seus corpos para expressar uma mensagem política por meio da arte.

O denominador comum encontrado pelo coletivo para trabalhar em solidariedade é o “corpo livre”, a reivindicação de que todos os corpos que sofrem diferentes tipos de opressão e recebem valores diferentes da sociedade precisam resistir juntos e celebrar suas especificidades. O corpo é o elemento central do coletivo, visto como local e meio de resistência e celebração. A descoberta das possibilidades de seus próprios corpos e a necessidade de ocupar diferentes espaços, como ruas, academia, empresas, etc., são usadas como forma de empoderamento pessoal para promover o empoderamento coletivo de outros corpos oprimidos. Não separadas do corpo estão as emoções, como afeto dentro do coletivo, em criar um espaço seguro de aprendizagem, compreensão e aceitação, mas também em estabelecer uma rede de afeto com qualquer um que esteja aberto para ouvir sua mensagem. A celebração desses corpos também está coberta de prazer, pois eles não acreditam que é necessário ser sério o tempo todo e evitar a diversão de compartilhar experiências com os outros.

O ativismo junta tudo isso como uma ferramenta metodológica potente para alcançar outros corações e mentes, descobrindo diferentes formas de comunicação e informação, explorando as possibilidades ocultas dos corpos oprimidos, não negando suas emoções enquanto espalha mensagens políticas e práticas e as usando para conectar-se com pessoas de uma forma que só a arte poderia fazer.

O coletivo acredita em uma maneira diferente de organizar os movimentos sociais, evitando modelos de institucionalização e hierarquização. A horizontalidade lhes dá liberdade e muitos desafios para lidar com diferentes pontos de vista e sentidos de urgência. O consenso não é alcançado todas as vezes e há opiniões conflitantes entre as ativistas sobre diferentes questões. No entanto, mais uma vez, a criação desse espaço seguro e afetivo as ajuda a compreender cada uma das experiências e necessidades. As crises políticas e a criação de factóides em torno de questões de gênero e sexualidade colocam o coletivo em uma agenda muito reativa, exigindo sua urgência em criar respostas às diferentes questões sobre as quais gostariam de trabalhar, mas, através e entre essas reações, elas conseguem negociar e transmitir sua mensagem a respeito de várias questões relativas a diferentes tipos de opressão.

Do trabalho de campo, ficou clara a maneira como elas tentam promover uma visão interseccional da sociedade por meio de temas que interessam a todos. Trabalhando em temas como HIV, mercado de trabalho e masculinidades, trazem as particularidades e diferentes perspectivas sobre o tema dependendo da posição que cada corpo ocupa. Corpos negros LGBT, corpos travestis, corpos de homens trans, corpos gays brancos de classe média têm experiências diferentes em relação a esses temas e sofrem diferentes opressões. Ao trabalhar essas diferenças, elas mostram a necessidade de reunir forças e trabalhar em solidariedade uns com os outros.

O coletivo estabeleceu um manifesto com todas as causas que acha necessárias para libertar os diferentes corpos de suas opressões. Esse manifesto ainda é lembrado e usado em eventos quando apropriado. É um ponto cardeal que orienta seu trabalho. No entanto, à medida que o coletivo e seus ativistas evoluem com todas as interações internas e externas, elas tentam colocar a interseccionalidade em prática e seus corpos e ativismo como meios para fazer ativismo. Isso faz com que suas ações tenham que ser ao mesmo tempo pragmáticas, reagindo à crise política e à onda conservadora na sociedade brasileira, e também muito simbólicas, tentando se conectar com as pessoas em um nível emocional.

Esse modo de agir, ao mesmo tempo em que coloca algumas ativistas a pensar que tipo de ativismo é mais urgente, deu ao coletivo a noção da necessidade de trabalhar em solidariedade com diferentes movimentos

sociais, que têm foco e trabalhos diferentes sobre causas diferentes, em uma rica colaboração, que dá força aos diferentes atores.

Para abraçar sua maneira de agir em um nível mais simbólico, falar através da arte, das emoções e experiências corporificadas com o objetivo de promover mudanças sociais e culturais profundas é um caminho que elas estão percorrendo e aprendendo com suas experiências cotidianas. Essa experiência mostrou-se muito bem-sucedida na forma como utilizam essa inspiração interseccional e a colocam em prática, trabalhando estrategicamente com políticas identitárias – visão que precisa ser reconhecida pelos estudiosos dos campos do desenvolvimento, dos movimentos sociais e da interseccionalidade. Como dito acima, o conhecimento situado dos movimentos sociais tem muito a informar e contribuir nessas áreas, encontrando formas de ir além dos debates acadêmicos e mostrando que é possível colocar identidade, interseccionalidade, corpo e ativismo na prática cotidiana dos movimentos sociais.

#### APÊNDICE A

NOME	IDADE	OCUPAÇÃO	AUTOIDENTIFICAÇÃO
Andre Bandim	33	Administrador e dono de bar	Homem gay do Nordeste brasileiro
Gustavo Bonfiglioli	30	Consultor em Diversidade e artista	Bicha gorda, desobediente de gênero
Amanda Alencar	28	Produtora cultural e atriz	Bissexual, branca, classe média, cheia de privilégios
Cadu Oliveira	39	Estudou Marketing e Gerenciamento de Pessoas, dá palestras, etc.	Bicha, preta, afeminada, fora dos padrões
Luis Arruda	40	Advogado e administrador	Gay afeminado
Rodrigo Abreu	32	Ator, performer, diretor, produtor de arte, faxineiro...	Gay suburbano
Cida Baptista	59	Artesã	Mulher negra heterossexual
Vi Grunvald	34	Doutor, Antropólogo, professor universitário, diretor de cinema, fotógrafo	Viado/Bicha
Jose Alberto	35	Doutor, Psicólogo, professor universitário, Coordenador de Saúde Mental da Cidade de SP	Homem cis, branco, gay
Ariel Nobre	30	Artista visual	Homem trans, sapatão, bicha
Luana Torres	36	Bancária, estudante de Psicologia	Sapatão



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Revolta da Lâmpada. 2014. "A REVOLTA DA LÂMPADA | 16.11 | ato pela libertação de todos os corpos". Acessado em 20 de maio de 2017. <https://www.facebook.com/events/313202068879711/>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017a. "MESA: Gênero nas Escolas: passado e futuro da juventude LGBT". Evento no Facebook. Acessado em 22 de outubro de 2017. <https://www.facebook.com/events/1923275757906759/>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017b. "Masculinidades: os homens são educados para serem violentos?". Evento no Facebook. Acessado em 22 de outubro de 2017. <https://www.facebook.com/events/105725436646966/>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017d. "HIV não é vergonha". Evento no Facebook. Acessado em 22 de outubro de 2017. <https://www.facebook.com/events/766836076818542/>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017e. "Bate-papo: O CORPO GORDO É LINDO". Evento no Facebook. Acessado em 22 de outubro de 2017. <https://www.facebook.com/events/108487446516931/>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017f. "CICLA DAS 5 — Trabalho e Corpos Vulneráveis". Evento no Facebook. Acessado em 22 de outubro de 2017. <https://www.facebook.com/events/166969660549734/>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017h. "Revolta da Lâmpada 2017". Evento no Facebook. Acessado em 9 de novembro de 2017. <https://www.facebook.com/events/352025345258459/>.
- Ayer, F. and F. Bottrel. 2017. "Brasil é país que mais mata travestis e transexuais", Estado de Minas. Acessado em 3 de abril de 2017. <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>.
- Barbara, V. 2017. "The End of the World? In Brazil, It's Already Here", *The New York Times*, 5 de janeiro. Acessado em 1º de agosto de 2017. <https://mobile.nytimes.com/2017/01/05/opinion/the-end-of-the-world-in-brazil-its-already-here.html?referer=http%3A%2F%2Fm.facebook.com>.
- Benetti, F. J. 2013. "A Bicha Louca Está Fervendo: Uma Reflexão sobre a Emergência da Teoria Queer no Brasil (1980 – 2013)". Monografia de graduação não publicada, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
- Boadle, A. and M. C. Marcello. 2017. "Brazil's Congress rejects corruption case against President Temer", *Reuters*, 25 de outubro. Acessado em 1º de novembro de 2017. <https://www.reuters.com/article/us-brazil-temer/brazils-congress-rejects-corruption-case-against-president-temer-idUSKBN1CU2I2>.
- Bonfiglioli, G. 2014. Postagem no Facebook, 28 de outubro. Acessado em 28 de outubro de 2017. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10152737666951321&set=a.202430881320.164178.548241320&type=3>.
- Bonfiglioli, G. 2017. "Reexistir e coexistir: a crise política tb eh metodológica", *Mídia Ninja*, 9 de abril. Acessado em 17 de maio de 2017. <http://midianinja.org/gustavobonfiglioli/reexistir-e-coexistir-a-crise-politica-tb-eh-metodologica/>.
- Borghi, R. 2016. "O Corpo Indigno", *Educação Temática Digital* 18(4): 789.
- Brasil. 2012. "Dia 20 de novembro é o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra", *Portal Brasil*, 8 de novembro. Acessado em 1º de novembro de 2017. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/11/dia-nacional-de-zumbi-e-da-consciencia-negra-e-comemorado-em-20-de-novembro>.

- Brito, R. and L. Paraguassu. 2017. "Brazil judge orders corruption probe into a third of Temer's cabinet", *Reuters*, 11 de abril. Acessado em 1º de agosto de 2017. <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-probes/brazil-judge-orders-corruption-probe-into-a-third-of-temers-cabinet-idUSKBN17D2KB>.
- Brown, G. and J. Pickerill. 2009. Space for emotion in the spaces of activism. *Emotion, Space and Society*, 2(1), 24-35.
- Brum, E. 2017. "Comofabricar monstros para garantir o poder em 2018", *El País*, 31 de outubro. Acessado em 31 de outubro de 2017. [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/opinion/1509369732\\_431246.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_CC](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/opinion/1509369732_431246.html?id_externo_rsoc=FB_CC).
- Budhiraja, S., S. T. Fried and A. Teixeira. 2010. "Spelling it Out: From Alphabet Soup to Sexual Rights and Gender Justice", forthcoming in Suzanne Bergeron and Amy Lind, eds, *Queering Development*: 131-144.
- Cancian, N. 2017. "Ministério tira 'identidade de gênero' e 'orientação sexual' da base curricular", *Folha de S.Paulo*, 6 de abril. Acessado em 22 de outubro de 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>.
- Carrara, S. 2012. "Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo", *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades* 4(05): 131-148.
- Casas-Cortés, M. I., M. Osterweil and D. E. Powell. 2008. Blurring boundaries: Recognizing knowledge-practices in the study of social movements. *Anthropological Quarterly*, 81(1), 17-58.
- Cho, S., K. W. Crenshaw and L. McCall. 2013. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis. Signs: *Journal of Women in Culture and Society*, 38(4), 785-810.
- Colling, L. 2010. "A naturalidade é uma pose tão difícil de se manter – apontamentos para pensar Homofobia e Direitos no Brasil hoje". Artigo apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, Natal (26 de novembro). Acessado em 1º de novembro de 2017. <http://politicadocus.com/index.php/downloads/category/1-artigos?download=7:a-naturalidade-e-uma-pose-tao-dificil-de-se-manter-apontamentos-para-pensar-homofobia-e-direitos-no-brasil-hoje>.
- Colling, L. 2012. "Em defesa da fechação", *Cultura e Sexualidade*, 4 de julho. Acessado em 1º de novembro de 2017. <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2012/07/04/em-defesa-da-fechacao/>.
- Colling, L. 2013. "A Igualdade Não Faz o Meu Gênero – Em Defesa das Políticas das Diferenças para o Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil", *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar* 3(2), 405.
- Davis, K. 2008. "Intersectionality as Buzzword", *Feminist Theory* 9(1): 67-85.
- Denis, A. 2008. "Review Essay: Intersectional Analysis", *International Sociology* 23(5): 677-694.
- Escobar, A. 2009. Other Worlds are Already Possible: Self Organization, Complexity and Post-Capitalist Cultures. In Sen, Jai, Peter Waterman, et. al. *World Social Forum. Challenging Empires*. Black Rose Books, p. 393-404.
- Facchini, R. and I. Lins França. 2009. "De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro". *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, (3).
- Facchini, R. 2010. "Movimento Homossexual no Brasil: Reconstituindo Um Histórico", *Cadernos AEL* 10(18/19): 80-125.

- G1. 2010. "'Pensei que ia morrer', diz jovem agredido com lâmpada na Paulista", 5 de dezembro. Acessado em 17 de maio de 2017. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/pensei-que-ia-morrer-diz-jovem-agredido-com-lampada-na-paulista.html>.
- Green, J.N. 2015. "Mais Amor e Mais Tesão": A Construção de um Movimento Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, *Cadernos Pagu* (15): 271-295.
- Grunvald, V. P. 2015. "Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento". Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. Acessado em 10 de setembro de 2017. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23032016-131857/en.php>.
- Harcourt, W., R. Icaza and V. Vargas. 2016. "Exploring Embodiment and Intersectionality in Transnational Feminist Activist Research", *Exploring Civic Innovation for Social and Economic Transformation*: 148-167.
- Herd, G. (ed.). 2009. *Moral panics, sex panics: Fear and the fight over sexual rights*. New York: NYU Press.
- Ingraham, C. 2006. "Thinking Straight, Acting Bent", *Handbook of gender and women's studies*. London: Sage Publications: 307-321.
- Itaborahy, L. P. 2012. "LGBT Rights in Brazil: An Analysis of the public policies established by the Federal Government to recognize the human rights of the LGBT community". Dissertação de mestrado, University of Gothenburg, Roehampton University, Universitetet i Tromsø.
- Jasper, J. M. 2011. "Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research", *Annual Review of Sociology* 37: 1-19.
- Juris, J. 2008. Spaces of intentionality: race, class, and horizontality at the United States Social Forum. *Mobilization: An International Quarterly*, 13(4), 353-372.
- Langlois, J. 2017. "Thousands protest ruling to overturn ban on 'conversion therapy' for gays and lesbians in Brazil", *LA Times*. Acessado em 24 de setembro de 2017. <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-brazil-gay-conversion-therapy-20170922-story.html>.
- Luz, N. 2012. "Pluri-identidades: Crises de Representação no Movimento LGBT". Paper presented at VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, Salvador (1º a 3 de agosto). Acessado em 31 de outubro de 2017. [http://abeh.org.br/arquivos\\_anais/R/R028.pdf](http://abeh.org.br/arquivos_anais/R/R028.pdf).
- Miskolci, R. 2010. "Não ao Sexo Rei: da Estética da Existência Foucaultiana à Política queer", *Sexualidade, Corpo e Direito*: 47-68.
- Miskolci, R. 2011. "Não Somos, Queremos – Reflexões Queer Sobre a Política Sexual Brasileira Contemporânea", *Stonewall +40*: 37-56.
- Mourão, R. 2015. "Performances artísticas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência", *Cadernos de Arte e Antropologia* [Online], vol. 4, n. 2. Acessado em 7 de novembro de 2017. <http://cadernosaa.revues.org/938>.
- O'Leary, Z. 2004. *The Essential Guide to Doing Research Project*. London: Sage, p. 85-183.
- Quinalha, R. e D. Galeano. 2017. "O ciclone conservador no Brasil", *Folha de S.Paulo*, 12 de outubro. Acessado em 12 de outubro de 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/10/1926423-o-ciclone-conservador-no-brasil.shtml>.
- R7. 2014. "Quatro anos após ataque com lâmpada na avenida Paulista, grupo faz protesto", 16 de novembro. Acessado em 17 de maio de 2017. <http://noticias.r7.com/sao-paulo/quatro-anos-apos-ataque-com-lampada-na-avenida-paulista-grupo-faz-protesto-16112014>.

- Raposo, P. 2015. "‘Artivismo’: articulando dissidências, criando insurgências", *Cadernos de Arte e Antropologia* [Online], vol. 4, n. 2. Acessado em 7 de novembro de 2017. <http://cadernosaa.revues.org/909>.
- Rede Trans Brasil. 2017. "Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans". Acessado em 30 de março de 2017. <http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>.
- Sant’Ana, T. S. 2017. "Outras Cenas do Queer à Brasileira: Uma Incursão Sobre Artes e Geopolíticas Queer no Brasil", *Revista Ambivalências* 4(8): 13-49.
- Schilt, K. and L. Westbrook. 2009. Doing Gender, Doing Heteronormativity "gender Normals," Transgender People, and the Social Maintenance of Heterosexuality", *Gender & Society* 23(4): 440-464.
- Seffner, F. 2011. "Composições (Com) e Resistências (à) Norma: Pensando Corpo, Saúde, Políticas e Direitos LGBT", *Stonewall* 40: 57-78.
- Tatagiba, L. 2014. "1984, 1992 e 2013. Sobre Ciclos de Protestos e Democracia no Brasil/1984, 1992 and 2013. on Protest Cycles and Democracy in Brasil", *Política & Sociedade* 13(28): 35.
- Troi, M. and L. Colling. 2017. "Antropofagia, Dissidências e Novas Práticas: O Teatro Oficina", *Revista Ambivalências* 4(8): 125-146.
- TvT research project. 2016. Trans Murder Monitoring. "Transrespect versus Transphobia Worldwide". Acessado em 30 de março de 2017. <http://www.transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring/>.

#### REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

- A Revolta da Lâmpada. 2015a. "PASSAÇO DE CADÁVER DO EDUARDO CUNHA | 01.03.2015 | sede do PMDB em São Paulo". Vídeo. Acessado em 27 de outubro de 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=U-iUEDhf8g4>.
- A Revolta da Lâmpada. 2015b. "AMAZONAS DO FERVO: a Exercita do #corpolive". Vídeo. Acessado em 4 de novembro de 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=WYmKmDgnKI4>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017c. "Leandrinha Du Art performando a contradição de desejo e da opressão!" Postagem no Facebook. Acessado em 7 de novembro de 2017. <https://www.facebook.com/arevoltadalampada/posts/1870547376499157>.
- A Revolta da Lâmpada. 2017g. "a IINk abAIXO contÉm CorpOS liVrES çem çensura!" Postagem no Facebook. Acessado em 9 de novembro de 2017. <https://www.facebook.com/arevoltadalampada/photos/a.1472596739627558.1073741831.1468984979988734/1942425752644652/?type=3&theater>.
- Exército Gladiadores do Altar. 2015. Vídeo. Acessado em 4 de novembro de 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=N15wds7ZTbs>.

**EDUARDO FARIA SANTOS** é advogado, mestre em Estudos de Desenvolvimento (International Institute of Social Studies, Erasmus Universiteit Rotterdam), com ênfase em Direitos Humanos, Gênero e Conflito: Perspectivas de Justiça Social. Ativista de Direitos Humanos e LGBTI+ dos coletivos A Revolta da Lâmpada, que aceitou o autor após a colaboração na dissertação que gerou o presente artigo, e Caneca na Mesa, grupo de networking de profissionais LGBTI+ que promove diversidade e inclusão no local de trabalho. E-mail: [edu.santos@b4people.com.br](mailto:edu.santos@b4people.com.br)

**Licença de uso.** Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Recebido em: 26/11/2018  
Reapresentado: 03/07/2019  
Aprovado em: 27/03/2019